



## HISTÓRIA, MEMÓRIA E A REORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE DE MURUTINGA/ABAEKETUBA – PA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

**Antônio Flávio da Costa Albuquerque<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Pará  
escritorio\_quaresma@hotmail.com

**Afonso Welliton de Souza Nascimento<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Pará  
afonsosn@ufpa.br

**Francinei Bentes Tavares<sup>3</sup>**  
Universidade Federal do Pará  
francinei@ufpa.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Antônio Flávio da Costa Albuquerque, Afonso Welliton de Souza Nascimento y Francinei Bentes Tavares (2020): "História, memória e a reorganização sociopolítica e educacional da comunidade de Murutinga/Abaetetuba – PA: desafios e possibilidades", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (junio 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/06/reorganizacao-sociopolitica-educacional.html>  
<http://hdl.handle.net/20.500.11763/cccss2006reorganizacao-sociopolitica-educacional>

### RESUMO

A história, memória e a reorganização sociopolítica e educacional da comunidade de Murutinga/Abaetetuba – Pará / Brasil, contribuiu para discussão e consolidação da educação do campo. Destaca-se que atrelado ao percurso educacional que se desenvolveu na comunidade estão os aspectos sociais, econômicos, culturais, que puderam caminhar juntos nesse processo de emancipação. Nesse sentido, utiliza-se das memórias de alguns moradores e estudantes da comunidade para recordar os primeiros passos do processo e a luta pela Educação neste lugar. O texto dialoga com Milton Santos, Paulo Freire, Jane Almeida, Ecléa Bosi Maria do Socorro Silva, Kattya Regina Rodrigues, Mariele Silva, Miguel Arroyo e outros autores para discutir categorias como educação do campo, organização social e políticas públicas. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, amparado na perspectiva da história oral. Em meio às lutas desenvolvidas pelas entidades representativas da comunidade visando à educação escolar de meninos e meninas, o protagonismo social assume um caráter expressivo transformador no meio sociocultural, mesmo que a maioria dos moradores do campo não atinja os mais elevados níveis de educação, uma vez que proporciona a discussão da perspectiva da educação do campo no atual cenário da comunidade. No início da história da comunidade, poucos iam à escola, hoje a comunidade conta com um contingente de crianças e jovens presentes no chão da sala de aula. Os princípios da Educação do Campo

<sup>1</sup> Especialista em Educação do Campo e Extensão Rural pela Universidade Federal do Pará (UFPA) / Campus Universitário de Abaetetuba (CUBT).

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor da UFPA / CUBT.

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia. Professor da UFPA / CUBT.

promovem aos moradores de Murutinga novas perspectivas de mudanças de vida tomadas por um ato consciente, reconhecendo seu lugar, seu espaço na sociedade.

**Palavras-chave:** Reorganização Sociopolítica e Educacional, Educação do Campo, Baixo Tocantins.

## HISTORIA, MEMORIA Y LA REORGANIZACIÓN SOCIOPOLÍTICA Y EDUCATIVA DE LA COMUNIDAD DE MURUTINGA / ABAETETUBA - PA: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES

### Resumen

La historia, la memoria y la reorganización sociopolítica y educativa de la comunidad Murutinga / Abaetetuba - Pará / Brasil contribuyeron para la discusión y consolidación de la educación rural. Es de destacar que vinculados al camino educativo que se ha desarrollado en la comunidad están los aspectos sociales, económicos y culturales, que pudieron caminar juntos en este proceso de emancipación. En este sentido, se utiliza la memoria de algunos residentes y estudiantes de la comunidad para recordar los primeros pasos del proceso y la lucha por la educación en este lugar. El texto dialoga con Milton Santos, Paulo Freire, Jane Almeida, Ecléa Bosi, Maria do Socorro Silva, Kattya Regina Rodrigues, Mariele Silva, Miguel Arroyo y otros autores para discutir categorías como educación rural, organización social y políticas públicas. El trabajo se caracteriza por ser una investigación cualitativa, apoyada desde la perspectiva de la historia oral. Entre las luchas desarrolladas por las entidades representativas de la comunidad que defienden la educación escolar de niños y niñas, el protagonismo social asume un carácter expresivo y transformador en el entorno sociocultural, aunque la mayoría de los residentes rurales no alcancen los niveles más altos de educación, una vez que proporciona una discusión sobre la perspectiva de la educación rural en el escenario comunitario actual. En el inicio de la historia de la comunidad, pocos fueron a la escuela, hoy la comunidad cuenta con un contingente de niños y jóvenes presentes en el aula. Los principios de la educación rural proporcionan a los residentes de Murutinga nuevas perspectivas sobre los cambios en la vida tomados por un acto consciente, reconociendo su lugar, su espacio en la sociedad.

**Palabras-clave:** Reorganización sociopolítica y educativa, Educación rural, Baixo Tocantins.

## HISTORY, MEMORY AND THE SOCIO-POLITICAL AND EDUCATIONAL REORGANIZATION OF THE COMMUNITY OF MURUTINGA / ABAETETUBA - PA: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

### Abstract

The history, memory and socio-political and educational reorganization of community of the Murutinga / Abaetetuba - Pará / Brazil, contributed to the discussion and consolidation of rural education. It is noteworthy that linked to the educational path that developed in the community are the social, economic, cultural aspects, which were able to walk together in this process of emancipation. In this sense, it uses the memories of some residents and students of the community to recall the first steps of the process and the struggle for Education in this place. The text dialogues with Milton Santos, Paulo Freire, Jane Almeida, Ecléa Bosi Maria do Socorro Silva, Kattya Regina Rodrigues, Mariele Silva, Miguel Arroyo and the other authors for discuss categories such as rural education, social organization and public policies. The academic work is characterized as a qualitative research, supported from the perspective of oral history. Amid the struggles developed by the representative entities of the community aiming at the school education of boys and girls, the social protagonism assumes an expressive transforming character in the socio-cultural environment, even if the majority of rural residents do not reach the highest levels of education, once which provides a discussion of the perspective of rural education in the current community scenario. At the beginning of the community's history, few went to school; today the community has a contingent of children and young people present on the classroom floor. The principles of Rural Education provide Murutinga residents with new perspectives on life changes taken by a conscious act, recognizing their place, their space in society.

**Keywords:** Socio-political and Educational Reorganization, Rural Education, Baixo Tocantins.

## 1. INTRODUÇÃO

O percurso histórico e educacional da Comunidade de Murutinga / Pará – Brasil, é marcado por sujeitos que vivem no campo construindo vivências, experiências ao longo da sua existência. O espaço geográfico, aqui entendido como o espaço produzido e reorganizado pela sociedade, partindo da natureza já existente, é erigido conforme as diversas formas de relações estabelecidas entre os homens e destes com a natureza, as quais têm como elemento mediador o trabalho social. Portanto, o espaço geográfico não é um produto pronto e acabado, está sujeito à metamorfose juntamente com a história da humanidade. Todavia este mostra, registra ou traduz a sociedade que o constituiu.

De fato, ao passo que a sociedade muda seu modo de pensar, produzir, consumir, etc. também ocorrem às mudanças no espaço geográfico, tal como é sistematicamente apresentado por Santos (1994). Sendo assim, o autor afirma: “O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado” (Santos, 1994, p. 37).

A educação, por sua vez, tem como papel fundamental a transformação de pensamento dos sujeitos, na construção ou confirmação de identidades, humanização e emancipação seja do homem que vive no espaço urbano-cidade seja do homem que vive no espaço rural-campo. Na Comunidade de Murutinga essas transformações se desenvolveram a passos lentos, aos poucos foram ganhando força e espaço possibilitando homens e mulheres a buscarem novas perspectivas de vida e a partir daí mudar significativamente o cenário econômico, social, político e cultural da comunidade.

Um fator importante para o desenvolvimento da Educação em prédio escolar e que determinou as configurações socioespaciais na comunidade de Murutinga foi à abertura da rodovia PA 151, tornando a comunidade independente da Vila Bom Jesus. De onde, anterior a implantação desta rodovia, era o principal itinerário de fluxo de pessoas e mercadorias na comunidade de Bom Jesus, fluxo este que lhes propuseram certa centralidade em função dos benefícios aí oferecidos, pois como esta se localiza as margens do rio Camotim – na época era considerada via de acesso eficaz à sede municipal de Abaetetuba – que servia de entroncamento, na qual ligava, por ramais, inúmeras comunidades.

Com a construção da rodovia PA – 151 o dinamismo antes existente na comunidade Vila Bom Jesus entra em decadência, passando, então, a beneficiar a comunidade de Murutinga com certas vantagens de infraestrutura, como: transporte rodoviário, energia, etc. Entretanto, essas mudanças advindas da ideia de progresso não propiciaram melhorias nas condições de vida das populações, no sentido de corrigir ou amenizar problemas como: desemprego, analfabetismo, falta de acesso ao crédito, assistências médicas etc., para supri essas necessidades básicas a comunidade se organizou, mobilizaram suas energias, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e Associativismo, para reivindicar seus direitos e participação nas oportunidades de desenvolvimento local.

É nesse contexto que a Comunidade de Murutinga emerge como espaço estratégico de localização, favorecido pelo novo elemento da estratégia de integração espacial, a rodovia, pois passou a construir o meio eficaz de circulação, com uma diminuição no tempo de viagem entre a comunidade de Murutinga e a sede de outros municípios, como: Belém, Igarapé-Miri, Moju, Barcarena etc.

A comunidade de Murutinga, no espaço local de “ontem”, mais precisamente entre as décadas de 1930 a 1960, caracterizava-se por uma economia basicamente de subsistência, fundamentada no extrativismo vegetal, na caça e na pesca, e por uma agricultura itinerante voltada para fabricação da farinha de mandioca, a qual mantinha, principalmente, a produção familiar<sup>4</sup> e a utilização de tecnologia simples e até mesmo rudimentar (herdada da cultura indígena).

No espaço de “hoje”, este cenário é constituído por uma economia voltada para o funcionalismo público e privado, com a presença das grandes empresas de extração do dendê BIOPALMA e AGROPALMA, pequenos comércios, etc. bem diferente daquela época. O cultivo da agricultura familiar se contextualiza num segundo plano. Por meio do acesso a Educação escolar, as práticas sociais e culturais desenvolvidas pelos moradores ganham certo rigor, ou seja, o homem deixa de ser o “caboclo ignorante” para tornar-se sujeito educado e politizado.

---

<sup>4</sup> Produção familiar - “a exploração familiar tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado à família” . (Santos, 1993, p. 18).

Nesse sentido, qual a contribuição da reorganização sociopolítica e educacional para discussão e consolidação da Educação do campo na Comunidade de Murutinga?

Partindo dessa inquietação, este trabalho tem por objetivo geral: estudar a história, memória e a reorganização sociopolítica e educacional da comunidade de Murutinga/Abaetetuba – PA, ao longo das últimas quatro décadas, no sentido de contribuir para discussão e consolidação da educação do campo neste lugar. Tendo como objetivos específicos: a) Conhecer a memória, a história e a reorganização sociopolítica e educacional; b) Discutir a questão da educação do campo; c) Identificar a partir da leitura dos sujeitos sobre a contribuição da reorganização sociopolítica para a consolidação da educação do campo; d) Tencionar uma base curricular que potencialize a vivência da educação do campo para os estudantes da Escola Benedita Lima Araújo e para os moradores da Comunidade de Murutinga.

## 2. MÉTODOS

Em relação ao método utilizado nesse trabalho, faz-se necessário fazer um recorte dos principais agentes atuantes na comunidade através do recurso da memória. É importante destacar que atrelado ao percurso educacional que se desenvolveu na comunidade de Murutinga estão os aspectos sociais, econômicos e culturais que puderam caminhar juntos nesse processo de emancipação da busca de alternativas de sobrevivência e qualidade de vida.

O texto se fundamenta com Milton Santos, Paulo Freire, Jane Almeida, Ecléa Bosi, Maria do Socorro Silva, Katty Regina Rodrigues, Mariele Silva, Miguel Arroyo e outros autores necessários para discutir as categorias como educação do campo, organização social e políticas públicas. Metodologicamente, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, amparado na perspectiva da história oral. A história oral é um recurso que permite entrar em contato com a memória de sujeitos que carregam consigo lutas, saudades, silenciamentos, alegrias, dor etc.

É nesse terreno da memória que se sustentam categorias como paixão, prazer, desejo, esforço, vontade, fé, resistência coragem e muitas outras que se entrelaçam na complexidade da existência humana. Ao mesmo tempo, a memória, fruto da subjetividade de cada um, dos sonhos almejados e perdidos que se arquivam nos sótãos empoeirados de uma longa existência, possibilita desvios de interpretações equivocadas dependentes da vida que se viveu e do êxito ou malogro das experiências (Almeida, 1998, p. 53).

Nesse sentido, utiliza-se das memórias de alguns moradores e estudantes da Comunidade de Murutinga para recordar os primeiros passos do processo e a luta pela Educação neste lugar. Para Ecléa Bosi, em sua obra *Memória e sociedade – lembranças de velhos*, “a memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente, penetrante, oculta e invasora” (Bosi, 1994, p. 46-47).

Diante de tudo isso, o presente texto se justifica pelo desejo de construir uma pesquisa que evidencie as discussões teóricas que fundamentam a perspectiva da educação do campo e suas ações de extensão rural durante o curso de especialização em Educação do Campo e Extensão Rural na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, apresentando a história, memória e a reorganização sociopolítica e educacional da comunidade de Murutinga / Abaetetuba – PA, e a partir daí provocar à discussão de uma base curricular que potencialize a vivência da educação do campo para os estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Campo Benedita Lima Araújo e para os moradores da Comunidade de Murutinga.

## 3. O PERCURSO EDUCACIONAL: UM OLHAR PARA O FUTURO

Os primeiros anos de escolarização dos moradores de Murutinga foram marcados pelo esforço de meninos e meninas deslocarem-se até a comunidade vizinha Vila de Bom Jesus para lá estudarem (aprender a ler, escrever e contar). Com a construção da Escola São Benedito, a comunidade de Bom Jesus passou a funcionar como um centro educacional, que congregava estudantes das localidades mais próximas, por exemplo, a comunidade do Murutinga.

Memória de um morador e estudante da época, em que os alunos se deslocavam da Comunidade de Murutinga para Vila de Bom Jesus para estudarem;

Recordo que a Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Benedito (atualmente), na sua antecedência era chamada Grupo Escolar. Foi inaugurada no ano de 1960, com a primeira professora Alzira, conhecida como Zica Chibé, esta iniciou lecionando não só para os alunos de comunidade local, mas também para os alunos das comunidades vizinhas, após dois anos essa professora foi substituída pela professora Jordelina Vilaça, a qual deu continuidade ao trabalho escolar, a qual em consonância com os moradores locais decidiram mudar o nome da escola para “Escola São Benedito”. Esta professora era muito solidária, porém muito rigorosa, com isso era uma professora muito temida não só pelos alunos, mas também pelos moradores, era como uma autoridade na comunidade, mas em compensação os alunos aprendiam a ler e escrever com muita rapidez (J. D. S. Oliveira, 76 anos).

Neste percurso educacional refletimos a memória de uma estudante moradora da Comunidade de Murutinga que se tornou professora. Quanto à memória de estudante:

Lembro que a escola se chamava Grupo Escolar. A estrutura física do prédio era toda em alvenaria e com várias dependências como: cozinha, secretaria, diretoria, quarto para dormitório, duas salas de aula, pátio ao redor de todo o prédio e dois banheiros na parte externa. A escola pertencia a Rede estadual. A merenda para os alunos era de responsabilidade das famílias. O que me marcou muito era que cada criança levava para a escola em latas de alumínio reutilizáveis os alimentos para merendar na hora do recreio. A escola possuía somente uma funcionária, sendo a professora que era responsável por todos os afazeres da escola. As disciplinas aplicadas pela escola eram português, matemática, ciências, estudos sociais e educação artística. A metodologia de ensino usada pela professora era lousa, giz, tabuada, cartilha do ABC e a chamada Sabatina que era utilizada para todas as disciplinas. Destaco que a escola contribui grandemente na minha vida, tanto no desenvolvimento intelectual quanto na formação da personalidade e na escolha da profissão, devido à admiração pela professora Angelita Fagundes que fazia me sentir desejo de ser professora quando eu fosse adulta. Em relação ao incentivo à agricultura familiar recordo que não tinha incentivo por parte da professora, pelo fato da roça ser reconhecida como um trabalho sofrido e com pouco lucro, assim a professora aconselhava os alunos a estudarem para conseguir um trabalho menos sacrificado e não passar pelas mesmas dificuldades que os próprios pais vivenciaram trabalhando no campo. Como momentos marcantes, registro a caminhada para a escola todos os dias junto com os colegas que no caminho era muito divertido, eles vinham comendo os frutos das árvores nativas do mato como marajá, anajá, murta e outros, como também as palmatoradas que causavam traumas quando não conseguia responder corretamente as perguntas feitas pela professora (M. M. Oliveira, 54 anos).

Na condição de professora:

Na luta pelos meus sonhos, de aluna conseguir me tornar professora da escola Grupo Escolar, agora com o nome Escola São Benedito, além de ajudar nos trabalhos comunitários da minha comunidade de Murutinga. Trabalhei com turma multisseriada (da alfabetização a 4ª série). As disciplinas que eu lecionava eram português, matemática, ciências, estudos sociais e educação artística. As dificuldades eram muitas, eu buscava ajuda com outras colegas de trabalho com mais experiências, cheguei reproduzir metodologias tradicionais de minhas antigas professoras com exceção de castigos físicos, eu enfatizava na sala de aula bastantes atividades de leitura e cálculos matemáticos, pois entendia que isso era essencial para o aluno avançar na carreira escolar. Nesse período já era garantido pelo poder público a merenda escolar para os alunos, porém como eu era a única funcionária da escola logo eu teria que realizar o preparo da merenda escolar, assim dividiria o tempo de sala de aula com outros afazeres da escola (M. M. Oliveira, 54 anos).

Diante dessas memórias dos moradores de Murutinga, pode-se dizer, segundo Ecléa Bosi (1994, p. 55), que “memória é reflexão, compreensão do agora a partir do outrora, é sentimento, reparição do feito e do ido, não sua mera reparição, pois lembrar não é reviver, mas refazer, logo os recordadores é, no presente, trabalhadores”.

### 3.1. As CEB's e o associativismo dando visibilidade ao protagonismo social

O povo campestre através da criação de Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's<sup>5</sup>) e depois pelo Associativismo<sup>6</sup> procurou corrigir a realidade social, a população começou a tomar consciência da importância da sua participação num projeto de transformação na Comunidade de Murutinga. Nesse sentido, a Igreja Católica tornou-se a instituição social de extraordinária relevância na organização da sociedade local. Na comunidade de Murutinga, por exemplo, essa instituição, por meio da catequese e do assistencialismo, foi pioneira em serviços educacionais e de saúde, orientações em associativismo, organização popular, técnicas agrícolas etc.

As CEB's, na década de 1970, passaram a reunir na comunidade, trabalhadores agrícolas, pequenos proprietários e suas famílias, entre outros, com objetivo de unir forças na tentativa de construir uma comunidade com relações mais justa e fraterna. A existência das CEB's nas localidades está atrelada a motivação religiosa e/ou sociais, sobre fé cristã. A CEB's passa, a partir de então, a desenvolver na comunidade de Murutinga importante papel na organização social e também na educação dos filhos dos agricultores, lavradores. Essa experiência de organização reflete ainda hoje, materializada no associativismo, grupos de casais, a partir deste se criou a APA (Associação dos Produtores de Abaetetuba), clube de mães, grupo de jovem, grupo de adolescente, clubes de futebol etc.

Segundo relatos dos moradores mais antigos da Comunidade de Murutinga após os primeiros diagnósticos dos religiosos sobre a realidade da localidade, identificaram problemas graves de natureza social como a inexistência ao atendimento à saúde, à educação e a espiritualidade dos grupos de famílias, os religiosos designados para trabalhar na comunidade teriam dito que a presente comunidade precisava fermentar a fé, mas, sobretudo necessitava fermentar a dignidade e valorização humana, e isso só seria possível mediante a educação das crianças. Comovidos com essa realidade – comum na Zona Rural – os religiosos passaram a traçar, juntamente com os moradores locais, planos de metas, os quais priorizaram a educação, que resultou no ensinamento básico (ler e escrever) de crianças e adultos.

Em 1974, realizou-se na sede do município de Abaetetuba o primeiro Encontro de Formação para Animadores das Comunidades Cristãs, e lá estavam presentes pessoas da Comunidade de Murutinga, as quais aceitaram o desafio de lutar pela transformação econômica, social, política e cultural da comunidade. Os animadores com ensinamentos adquiridos assumiram a responsabilidade de serem multiplicadores destes, repassados às demais pessoas da comunidade, ação que muito contribuíram para a consciência de uma nova postura frente à realidade social e educacional. As CEB's, portanto, seria na comunidade uma radiação de força para fomentar a luta em busca de melhorias das condições de sobrevivência.

Os animadores fortalecidos pela formação religiosa e educativa concebida aos moradores, os sujeitos do campo com o mesmo “ardor missionário e revolucionário”, iniciando assim uma luta pela edificação de prédios escolares, a primeira conquista foi à construção da Escola professor Maximiano Antônio Rodrigues na década de 70, passando por muitas transformações até chegar ao cenário que se tem hoje.

Memória de uma moradora sobre a caminhada do processo educacional desenvolvido na comunidade de Murutinga:

Naquele tempo lembro que a escolarização surgiu nesta comunidade a partir da organização das CEB's, com a chegada do primeiro Padre na comunidade, ele se preocupou com o alto índice de analfabetismo neste local, com isso começou a conversar com esses moradores a importância de aprender ler e escrever, e assim com ajuda principalmente deste padre iniciou-se as aulas em uma casa onde eram realizadas rezas com ladainhas e festas dançantes. Em 1970, foi construída a escola, toda em madeira, com apenas uma sala de aula, uma cozinha e dois banheiros, a instituição de ensino recebeu o primeiro nome de “Escola Centro Comunitário São Miguel”, logo depois, em homenagem a um professor muito conhecido que havia falecido a escola passou oficialmente a ser chamada de escola professor Maximiano Antônio Rodrigues. Com a continuidade da mobilização dos moradores e o aumento da demanda de alunos surgiu à necessidade de mais salas de aulas, foi aí que aconteceu a construção de uma escola nova, em alvenaria com mais salas de aulas e outras dependências, a qual hoje está funcionando atendendo aproximadamente 250 alunos em dois turnos, com as modalidades de ensino de

<sup>5</sup> CEB's: São comunidades que reúnem pessoas que comungam a mesma fé e que se unem por laços de solidariedade e compromisso de vida (Santos, 1993, p. 18).

<sup>6</sup> Associativismo: Consiste na integração / união de indivíduos com objetivos comuns, seja ele econômico, político, social, cultural, religioso, etc... (Albuquerque, 2003).

educação Infantil e Ensino fundamental com um quadro funcional bastante grande com professores da localidades a nível de superior, especialistas e mestres (M. J. Progênio, 78 anos).

A figura a seguir apresenta uma estrutura consideravelmente melhor do que a original, a qual atende, hoje, do maternal ao quinto ano do ensino fundamental dos anos iniciais.

**Figura 1** – Escola Maximiano Antônio Rodrigues (Murutinga)



Fonte: Pesquisa de campo realizada na Comunidade Murutinga. Abaetetuba (2013).

Diante dessa realidade exposta, a obra *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire faz uma reflexão sobre a importância da constituição de sujeitos educados, reflexivos, politizados, que revolucionam a partir da tomada de consciência. Paulo Freire diz;

Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica (Freire, 2013, p. 124).

A fundação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Murutinga – APPRMM, em 1987, sob a liderança do Sr. José dos Santos Oliveira e Darcy Meneses de Oliveira, a Comunidade de Murutinga teve sua expressiva conquista no abastecimento de água composto por duas caixas d'água de ambos os lados da rodovia com capacidade de 6.000 litros de água, cada, as quais fornecem água de excelente qualidade para 67 casas por meio de 2000m de tubulação hidráulica; um trator equipado com arado, carroça, roçadeira, etc, que auxilia os agricultores no preparo do solo e no transporte de seus produtos. O posto médico – PSF - Programa da Saúde da Família atualmente atende a comunidade local e mais cinco comunidades circovizinha, uma ambulância, a qual atende os moradores da localidade e da região em caso de emergência, e a conquista de grande relevância neste itinerário de transformação a Escola do Campo Benetita Lima Araújo, que tem em sua modalidade de ensino o ensino fundamental maior e o ensino médio, recebendo alunos da localidade e das comunidades mais próximas. Outras tentativas foram realizadas, mas sem sucesso, como a confecções de roupas pelo Clube-de-Mães, a piscicultura, apicultura e a suinocultura; todas frustradas devido à falta de planejamento eficaz.

### Memória de um morador sobre a criação da APPRMM:

Recordo que o surgimento da associação se deu a partir dos encontros realizados todas as quintas-feiras por um clube de casais, para conseguir benefícios através do FUNDEC – Fundo Perdido do Banco do Brasil. Através do representante da Comunidade e do representante do poder público conseguiram criar uma associação organizada visando apoio para Educação, saúde, agricultura familiar, trator. Em 1987, foi legalizada. Tendo como precursores o presidente José de Oliveira, tesoureiro Manoel Cardoso e secretária Maria de Nazaré Rodrigues. Ainda hoje, a associação continua trabalhando na comunidade em prol das pessoas que aqui vivem (M. S. Cardoso, 60 anos).

O associativismo na comunidade surge em função das várias necessidades existentes num determinado seguimento da sociedade, e que precisa(m) ser superado(s), sendo o caminho eficaz no sentido de buscar melhoria de vida para as famílias que estão marginalizadas e que sofrem com o descaso do poder público. De fato, é necessário que as pessoas se unam para lutarem e vencerem juntas ou serão derrotadas isoladamente.

Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil a noção de associativismo consiste no agrupamento de pessoas que lutam por mudanças e transformações sociais no meio que vivem.

Os grupamentos voluntários têm importante função histórica, pois para participar na determinação de seu próprio destino as camadas populares devem se fazer representar, atuando por meio de grupos políticos, religiosos, de trabalho, de estudos, comitês, comissões, confrarias, núcleos de produção, consumo, distribuição, etc. (Brasil, 2008, p. 11).

À medida que o processo de formação ia amadurecendo tomando forma na vivência diária dos sujeitos da comunidade de Murutinga a luta se torna cada vez mais consciente por uma educação não somente mínima para estas crianças, mas objetivando a sua transformação tanto no que tange uma educação para todos e, sobretudo de qualidade, que enalteça e fortaleça a sua cultura e a sua identidade de jovem, homens e mulheres do campo e conseqüentemente a sua humanização, a sua emancipação social para uma valorização e permanência na e da comunidade,

O povo humilde de mãos calejadas e de fala simples por meio primeiro da organização das CEB's e posteriormente, mas não desvinculado deste primeiro o associativismo vai amadurecendo a consciência crítica e criativa e entende que a Educação é o caminho mais eficaz para a construção, para confirmação da identidade de cada sujeito, e cada sociedade, pois é mediante a educação de qualidade que o sujeito tem a possibilidade de viver os diferentes ritmos de desenvolvimento.

Os moradores de Murutinga compreenderam isso e por meio de muitas lutas conquistaram o direito e a consciência da importância de serem protagonista da própria história e um mecanismo importante nesta construção foi à conquista do funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Maximiano Antônio Rodrigues e mais tarde o do Anexo II da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Leonardo Negrão de Sousa, no princípio atendia uma clientela de pouco mais de 100 alunos, não demorou dois anos esse número quantitativo era mais de 565 alunos, oriundos também das localidades mais próximas, tais como: Camotim, Bacuri, Cataiandeuá, Comunidade de Bom Jesus, Curuperé-Miri, Curuparé Grande, Pontilhão, Sucurijuquara, Arubuputaua e Urumanduba.

Convém ressaltar que as turmas ocuparam três espaços diferenciados, de início funcionava paralelo nos prédios da escolar prof. Maximiano Antônio Rodrigues, e no Centro Comunitário, somente após cinco anos, o anexo se concentrara na sede da APPRMM. A Figura 2 em destaque demonstra o cotidiano escolar dos alunos.

**Figura 2** – Cotidiano escolar dos alunos na sede da APPRMM

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Comunidade Murutinga. Abaetetuba (2017).

Retomando Freire, a postura dos moradores da comunidade de Murutinga de buscar novas oportunidades para seus filhos de continuar os estudos em seu próprio lugar, remete a ideia da educação como prática de liberdade, mas a princípio não era possível, por isso ao completar o ensino fundamental, os alunos eram transferidos para a sede do município, utilizando o transporte escolar mantido pela prefeitura municipal. Do homem que é comprometido, ligado e que age coletivamente perante as situações presentes no seu contexto.

A educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim com também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (Freire, 2013, p.98).

Na perspectiva de enaltecer e fortalecer a cultura, a identidade do jovem do campo e conseqüentemente a sua humanização, a sua emancipação social para uma valorização e permanência na comunidade, em dois mil e três, na condição de aluno da UFPA do Curso Licenciatura em Geografia, hoje professor, Albuquerque realizou uma pesquisa na comunidade de Murutinga investigando o nível de escolaridade dos moradores. Após a coleta e análise dos dados. Constatou-se que, nos últimos anos, ocorreu uma progressiva elevação no grau de escolaridade dos moradores da comunidade. Ainda verificou-se que a comunidade de Murutinga se destaca nas séries mais elevadas, isso se deve a oportunidade dada a estes alunos da inserção dos anos finais da educação básica, na sede do município, com nível médio e superior.

A tabela 01 expressa o avanço significativo na escolaridade do povo da comunidade de Murutinga num período de vinte anos trabalhados com mais afinco ofertando na comunidade na forma do ensino fundamental menor e maior.

**Tabela 1** – Escolaridade na Comunidade Murutinga

Escolaridade	Porcentagem
Sem Escolaridade	8.04%
Ens. Fund. até 4ª série	41.38%
Ens. Fund. até 8ª série	19.55%
Ensino Médio	29.88%
Ensino superior	1.15%
TOTAL	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Comunidade Murutinga por A. F. Albuquerque. Abaetetuba, 10 set. 2013.

Os dados foram favoráveis e positivos aos objetivos pensados lá na década de 60 que a comunidade se desenvolveria avançaria se a comunidade possibilitasse aos seus “filhos” processo educacional na comunidade de Murutinga, e no gráfico é perceptível o acréscimo significativo ao nível de escolaridade das pessoas, que conseqüentemente, contribui para sua percepção e intervenção do mundo. A obra *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á prática educativa*, de Paulo Freire apresenta a ideia que:

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história (Freire, 1996, p. 54).

Nessa abordagem freireana, em uma primeira reflexão o povo do campo entende que não está fora da sociedade, pelo contrário deve ser parte integrante e participante desta, principalmente do espaço onde está inserido, segundo que a educação nasce da sua vivência diária, dos saberes e experiências que nascem e acontecem ao longo da sua trajetória, ou seja, vivências que aprimoradas junto ao saber formal lhe dar a oportunidade de se colocar diante de si mesmo, diante dos outros e do mundo que o cerca, ao ir criando essas possibilidades de questionamentos existencial e social, o que as CEB's realizaram com eficiência a comunidade seguiu lutando.

Por meio dessas lutas e manifestações por aproximadamente vinte anos, com constantes viagens à Belém e muitas “portas fechadas”, a comunidade de Murutinga em coautoria com A Igreja Católica e a APPRMM não desistiu, o fruto foi à conquista da construção do prédio escolar na comunidade, aproximadamente 1 km da Rodovia PA 151. Dessa forma, em dois mil e treze foi inaugurada à instituição estadual da rede pública de ensino, primeira escola denominada Educação do Campo do Baixo Tocantins, Escola Prof.<sup>a</sup> Benedita Lima Araújo. Como pode ser observado na figura abaixo:

**Figura 3 - EEEFM do Campo Professora Benedita Lima Araújo**



Fonte: Pesquisa de Campo (Albuquerque, 2017).

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Campo Professora Benedita Lima Araújo foi inaugurada em agosto de 2013 e criada pela portaria Nº: 16/2013 - GS/SAEN, publicada no Diário Oficial Nº: 32384 de 25/04/2013 na publicação Nº 516954. No que concerne a sua estrutura física, a nova escola possui 60 metros de largura por 167 metros de comprimento, formando uma área de 10.020m<sup>2</sup> na qual comporta 2 (dois) blocos com 12 (doze) salas de aula; 1 (um) bloco administrativo com sala de direção, sala de vice- direção, sala de coordenação pedagógica, sala de professores, sala de reunião, sala de secretaria, sala de arquivo e 4 (quatro) banheiros; 1 (um) bloco pedagógico com biblioteca, laboratório de informática e laboratório multidisciplinar e, por fim, 1 (um) bloco de recreação com salão de refeitório, copa/cozinha, dispensa, banheiros masculino e feminino, almoxarifado e sala de Educação Física.

A Educação – estabelecida pelos princípios da educação instrumentalizada para a cidade – foi conquistada passo a passo pelos moradores, baseada no comprometimento e responsabilidade

das pessoas que aqui moram. Refletindo com Paulo Freire (1996) o ensinamento exige a convicção de que a mudança é possível.

Não posso [...] cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e “morno”, que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tornada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir (p.76).

Vale frisar que as características socioespaciais que redefiniram ou definem a espacialidade da comunidade de Murutinga são influenciadas ou determinadas pelos atores ou agentes internos, assim como externos. Com a experiência acumulada, o amadurecimento da vida comunitária e a rejeição ao comodismo, passos significativos foram dados na construção de uma relação social relativamente estável e sustentável e por uma educação mais significativa para as pessoas.

Assim, pensando no percurso que a Educação Escolar traçou na comunidade de Murutinga, pode-se dizer que a existência das CEB's e do associativismo foram fundadas sobre a égide de pessoas preocupadas com a qualidade de vida das populações locais, que se orgulham após a conquista das melhorias das condições de vida, trabalho e educação, o que possibilita uma maior territorialidade dessas entidades dentro do espaço geográfico municipal. Essas pessoas são movidas pela esperança de um futuro bem próximo, repleto de dignidade e justiça. Daí a necessidade de recortar as contribuições dos agentes atuantes na comunidade neste texto.

### **3.2. Os limites e perspectivas da juventude campesina**

Em meio às lutas desenvolvidas pelas entidades representativas da comunidade de Murutinga pela educação escolar de meninos e meninas, a presença da juventude assume um caráter expressivo de transformação no meio sociocultural que vive, mesmo que a maioria dos jovens não tenham atingido os mais elevados níveis de Educação. Diferente da realidade do início da história da comunidade de Murutinga, em que poucos iam à escola, hoje a comunidade conta com um contingente de crianças e jovens presentes no chão da sala de aula.

Entretanto, cabe enfatizar, infelizmente, que para a maioria dos moradores do campo, a Educação Básica ainda é o nível mais alto que um filho de lavrador e/ou agricultor pode chegar, quando chega. Sem contar com os jovens que interrompem seus estudos para trabalharem na *roça* (pequena lavoura de mandioca, maxixe, feijão, entre outros) com os seus pais ou por falta de incentivo não veem expectativas no processo da formação acadêmica.

Na Comunidade de Murutinga, pode-se dizer que muitos jovens ao terminarem o ensino médio logo se casam (o que não é diferente de outras localidades); os jovens vendem sua mão de obra às empresas de dendê AGROPALMA e BIOPALMA (grandes empresas que se instalaram aos redores das comunidades sufocando o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que os campesinos venderam suas terras) e as jovens realizam atividades domésticas e cuidam dos filhos; outros procuram outras fontes de renda como motorista, cabelereiro, roçador, pedreiro, manicure, mecânico, várias atividades que dão retorno em curto prazo. Sendo assim, as atividades que mais exigem força braçal são realizadas pelos jovens que não terminaram os estudos da educação básica (não alcançaram nem o ensino fundamental completo), principalmente, no cultivo da mandioca e na extração do dendê.

Em contato com os jovens da comunidade que foram alunos da Escola professor Maximiano Antônio Rodrigues e/ou da Escola Leonardo Negrão de Sousa – Anexo II, instigados sobre o seu percurso escolar e a continuação dos estudos, foi possível perceber diferentes atitudes, uns apenas finalizam o ensino médio (a maioria) e entram no mercado do trabalho, outros prosseguem os estudos, e há os que não conseguiram concluir o ensino fundamental. Nesse sentido, algumas memórias e perspectivas dos jovens serão registradas neste trabalho.

Eu estudei na escola professor Maximiano Antônio Rodrigues e depois na sede da APPRMM onde acontecia o Anexo II da Escola Leonardo Negrão de Sousa. A sede era dividida em quatro salas de aula por parede de tábuas, o lugar era quente. Quando terminei a oitava série, fui para a cidade estudar no horário da noite o ensino médio na escola Bernardino Pereira de Barros, pois de dia

ajudava meus pais nos trabalhos da roça, no cultivo da mandioca, da pimenta do reino, do maxixe. Acredito que chance eu tive de continuar meus estudos, mas não fui incentivado ir mais adiante. Hoje, trabalho como operador de máquinas leve na empresa BIOPALMA, em que saio às cinco horas da madrugada e volto no final do dia. Tenho desejo de estudar, de ter mais conhecimento, mas tenho filho e agora é para ele que trabalho, desejando uma realidade diferente, que ele estude, frequente uma universidade e tenha um emprego melhor (M. M. Matias, 25 anos).

Nesse recorte da vida escolar de um jovem e das perspectivas sobre seu futuro é possível observar que os jovens que casam cedo e não buscam formação em níveis mais elevados transferem para os filhos o desejo de continuar os estudos, do ingresso ao nível superior. O compromisso com a nova família direciona o jovem para o mundo do trabalho, que quase sempre são trabalhos desenvolvidos de forma autônoma ou recebem salários mínimos por horas desgastantes de trabalhos realizados nas empresas. Perante essa realidade o jovem se sente sem estímulos para estudar.

Também se observou que outra parte da juventude se encontra ociosa, os jovens não buscam qualquer tipo de formação, seja acadêmica ou técnico profissional, e tampouco manifestam interesse para o trabalho remunerado e obter sua independência econômica, eles vivem dependentes da renda de seus pais. À comunidade de Murutinga cabe o desafio em movê-los o espírito transformador. Como disse Paulo Freire (1996):

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e á aventura do espírito (p. 69).

Ressalta-se, felizmente, que uma terceira parte dos jovens vem ocupando, ao longo das últimas duas décadas, espaços nas Universidades como discente de graduação e pós-graduação em instituições públicas como a UFPA (Universidade Federal do Pará), UEPA (Universidade do Estado do Pará), o ingresso através do PROUNI (Programa Universidade para Todos), com a inserção da modalidade de ensino Educação do Campo muitos jovens da comunidade estão na Universidade Federal do Pará cursando o curso de Licenciatura em Educação do Campo; estão no mercado de trabalho como professores da rede municipal e estadual de ensino (destaca-se aqui que os jovens que foram alunos das escolas professor Maximiano Antônio Rodrigues e da Escola Leonardo Negrão de Sousa – Anexo II faz parte do corpo docente das escolas); estão nos cursos de profissionalização como técnico de enfermagem, segurança do trabalho e do meio ambiente.

O jovem campesino que é ativo, social e histórico, busca sua formação por uma perspectiva de libertação, de tomada de consciência e de compromisso com a comunidade em que vive.

Meu ensino fundamental (1998-2002) foi no Centro Comunitário do Padroeiro São Miguel da Comunidade de Murutinga, lugar cedido à EEEFM Leonardo Negrão de Sousa – Anexo II. O salão era dividido em duas salas por uma parede de compensado e os professores disputavam a atenção dos alunos com as pessoas que passavam em frente no momento da aula. Tenho recordações muito marcantes desse tempo, pois encontrei professores que me incentivavam a estudar e sonhar com uma realidade diferente. E assim, fui seguindo esse desejo cursei o ensino médio (2003-2005) no Colégio São Francisco Xavier, tomada pela experiência da saída do campo para cidade, a expectativa do encontro com o outro, com o desconhecido, dava-me a sensação que novas experiências precisavam ser vivenciadas, pois uma nova paisagem se mostrava a minha frente. E o desejo por uma vaga em uma Instituição de Nível Superior Pública só aumentava. Após o percurso da Educação Básica. Nos anos de 2007-2011, fui estudante do curso Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, polo de Igarapé-Miri. No período de 2013 a 2014, como discente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará, pude tomar maior consciência das minhas experiências formativas ao que subjaz ao campo da Educação. De tudo que vivi e ainda pretendo realizar, como o Doutorado em Educação, com o sentimento de pertencimento de lugar, uma vez que sempre estive presente na comunidade desenvolvendo atividades religiosas e culturais incentivadas pelos meus pais, posso dizer que a vida no campo é sempre um desafio quando o caminho escolhido é a Educação escolar e sua extensão (R. M. Cardoso, 30 anos).

A partir dessa vivência exposta, infere-se que os jovens camponeses que são participantes engajados desde cedo nos trabalhos da comunidade e tem incentivo dos seus pais para estudarem, conseguem avançar para os mais altos níveis de educação, conseqüentemente, tomam consciência da sua importância dentro do processo histórico da comunidade assumindo dois compromissos, um profissional (sabe-se que quanto mais elevado é o grau de estudo mais possibilidades existem de um bom emprego) e o outro comunitário (buscar recursos e execução de projetos que visem à melhoria do povo camponês).

Pensando com Paulo Freire (1996, p. 124), “os homens [...] ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão presentes, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, [...], não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica”. É nesse sentido que os jovens percebem seu caráter histórico e revolucionário dentro do contexto que vivem, participando de forma decisiva frente às disparidades entre campo e cidade, procurando ter vez e voz.

No ano de 2000 ingressei na 5ª série do ensino fundamental no Anexo II da Escola Leonardo Negrão de Sousa, localizada em minha comunidade na rodovia PA 151 km 04 vila Murutinga. Este anexo funcionava no centro comunitário que era dividido, em duas salas, por uma parede de compensado. Por quatro anos os estudos foram com dificuldades tanto na estrutura física, pois não tínhamos uma sala adequada quanto no ensino, pois os professores tinham que disputar nossa atenção com os que passavam na rua, uma vez que afrente não tinha parede. Mas, com muito esforço, com incentivo dos meus pais e de alguns professores consegui concluir o ensino fundamental. Em 2004, iniciava uma nova etapa em minha vida, tive que ir estudar para a cidade. Cursei o ensino médio no Colégio São Francisco Xavier, uma realidade totalmente diferente da minha, no decorrer dos três anos tive que vencer o preconceito de morar na zona rural, acordar cedo e me dedicar muito para alcançar o nível que o colégio exigia, terminei o ensino médio e logo tentei o vestibular, o que não consegui de primeira vez, chorei muito com a primeira decepção, mas não desisti continuei a estudar e frequentar cursinho preparatório e ainda em junho de 2007 passei no PSE (Processo Seletivo Especial) da UFPA, no curso de Letras – habilitação em Língua portuguesa e com muito dedicação finalizei o curso em agosto de 2011. Em 2015 fiz uma especialização na minha área na Faculdade Montenegro. E em 2016, com a graça de Deus, com incentivo de meus pais, irmãos e marido me preparei para prestar o concurso municipal de Abaetetuba e obtive minha classificação como professora dos anos iniciais. Hoje, sinto-me orgulhosa em poder voltar a minha primeira escola na condição de professora, pois foi nela que aprendi a ler, foi a minha base, lugar onde aprendi a ler, a escrever e a sonhar que poderia ser alguém, pois minha mãe era minha professora e me incentivou muito. Ainda tenho muito a crescer profissionalmente, almejo ser professora da SEDUC (Secretaria Estadual de Educação), fazer mestrado (embora tenha tentado quatro vezes), pretendo cada vez mais buscar formação e contribuir com a minha comunidade a partir dos meus conhecimentos adquiridos no meu processo de formação (R. C. Marques, 28 anos).

Nota-se nesse registro acima que o jovem que é curioso não permanece estagnado, mesmo sendo vítima de preconceito e desrespeito, ele se mobiliza para vivenciar seus sonhos, imaginando, criando e se reinventando, não tendo medo de correr risco. Na perspectiva de Paulo Freire (1996, p. 88) “o exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser”.

A minha vida escolar teve início na escola Maximiano Antônio Rodrigues, na sede da Associação – local destinado ao Anexo II da Escola Leonardo Negrão de Sousa – e depois na escola Benedita Lima Araújo. Quando terminei o ensino fundamental fiz o processo seletivo do ensino médio integrado do Instituto Federal do Pará - IFPA e hoje estou no último ano do curso de informática. Ao terminar o ensino médio tenho como sonho fazer a graduação em enfermagem numa universidade pública ou como bolsista do PROUNI, pois vejo que na minha comunidade ainda precisa de pessoas nessa área. Minha família me incentiva e contribui muito para eu seguir em frente com meus estudos (N. C. Costa, 17 anos).

Refletindo esse último recorte em destaque, nossa juventude camponesa cada vez mais necessita ser desafiada para que novos sonhos sejam vivenciados, que não sejam tomados pelo desânimo e acomodação, que não sejam meros repetidores de uma educação enfadonha, mas busquem novas oportunidades e tenham consciência de que a mudança é possível. Nesse sentido, “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos *constando* apenas” (Freire, 1996, p. 77).

Quando os jovens assumem seu papel de agentes transformadores, buscando cada vez mais formação intelectual, uma nova história poderá ser escrita e toda a Comunidade de Murutinga ganha com essa nova postura, pois novas práticas culturais são incutidas nesse contexto de superação das misérias que afligem o meio campesino.

Desse modo, não se pode generalizar o percurso educacional da juventude moradora do campo afirmando que todos não alcançaram o nível elevado de educação ou que todos são educados, politizados e conscientes da sua atuação dentro e fora do contexto que vivem. Cada sujeito dentro das oportunidades e dos limites impostos pelo meio social e econômico procura travar práticas para contribuir com o crescimento e bem comum das pessoas, seja pela participação nas Igrejas, no envolvimento do associativismo ou nos eventos culturais e esportivos. A maioria dos jovens está sempre presente, tomados pelo sentimento de viver no campo, embora a cultura da tecnologia entre nessa disputa na constituição do sujeito do campo.

### **3.3. Algumas considerações sobre uma nova base curricular para a educação do campo**

Diante dessas memórias e perspectivas em relação à educação na comunidade de Murutinga, tem-se a oportunidade de tencionar a questão da educação do campo tão discutida nos dias atuais e que ainda não se vivencia de forma efetiva no campo, predominando a educação urbanizada.

Para Maria do Socorro Silva (2004), em seu texto *Educação do campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da História* define que:

Educação do campo é toda ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo, “incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas” e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores. Modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida (p. 08).

Intensificando a ideia da educação do campo que é uma questão importante para o povo do campo, visto que estimula sua autonomia. As autoras Katty Regina Rodrigues e Mariele Silva na obra *“Marcos legais e operacionais da educação no/do campo: Limites e perspectivas”* dizem:

Com diretrizes curriculares educacionais embasadas na conquista da terra, na sobrevivência, no trabalho do camponês, no desenvolvimento local, na relação entre a família e o campo, entre outros agentes e fatores que possam contribuir para o desenvolvimento da autonomia campesina, a educação do campo pode ser concebida como uma ação educativa desenvolvida para o fortalecimento de valores, conhecimentos e habilidades descritos no art. 2º da resolução CNE/CEB Nº 01/2002; contudo, há necessidade de discutir a diversidade das comunidades dos povos do campo (2016, p. 37).

Nessa perspectiva de Educação do Campo na visão das autoras citadas, pode ser observado que a educação presente nas duas escolas na comunidade de Murutinga segue o modelo de educação instrumentalizado para cidade.

Desse modo, para autoras Katty Regina Rodrigues e Mariele Silva, o fator principal que impede o desenvolvimento da educação para o campo está centrado na falta da efetivação de políticas públicas que busquem fortalecer a vida do homem morador do campo. Embora a modalidade de ensino Educação do Campo seja legitimada pela lei nº 9.394/96, visando às adaptações necessárias da vida rural e as condições climáticas de cada região, a utilização de conteúdos programáticos e metodologias de acordo com o interesse e necessidade do povo campesino, as comunidades de cunho rurais estão envelhecendo sem experimentar a educação que fala sua realidade campesina, como pode ser observado no fragmento em destaque:

No que diz respeito às políticas públicas para a educação do campo no Brasil, há grande demanda para por em prática as diretrizes curriculares – não apenas para o fortalecimento da cultura e da tradição do camponês, mas também para o desenvolvimento da agricultura e dos modos tradicionais de produção. Ajustes são necessários, já que diversas comunidades rurais estão envelhecendo sem que o governo tenha alcançado êxito em oferecer-lhes uma educação voltada à sua realidade do campo (Rodrigues & Silva, 2016, p. 36).

Retomando as ideias expostas sobre o percurso escolar dos jovens da comunidade de Murutinga e refletindo com as contribuições apresentadas pelas autoras, entende-se que só a partir

da valorização do jovem camponês uma nova realidade será desenhada, que a educação do campo dialogue com os novos saberes e as experiências de vida experimentadas por esses jovens, fundamentada numa base curricular para escola do campo. Ainda, que “esses novos rumos da educação do campo evidenciam a importância do ensino que busca por melhores dias no campo, sem fazer perder a identidade ou as raízes culturais dos camponeses” (Rodrigues & Silva, 2016, p.37).

Pois ao se fazer memória dos fatos dos registros históricos da educação do ensino escolar pensado para o povo do campo, pode-se dizer que foram séculos de quimera, e que muitos foram os desenganos, as decepções, as esperanças sufocadas e sonhos dissipados. Entre as inúmeras causas pode ser citado um povo sem voz e nem vez, com terra, mas sem condições de torná-la produtiva, uma população violentada por via da violência física, moral, cultural e intelectual, em que inúmeras vidas foram ceifadas, pela violência, pela desvalorização e escravização do seu trabalho, da sua memória, da sua experiência de vida em relação a terra, aos seus valores, aos mitos, as crenças, por meio das desigualdades educacionais e escolares (Arroyo, 2011).

Durante séculos o homem do campo sempre foi visto como um homem de mão calejada, de palavras e pensamentos rústicos, “marionete”, abundante e barata. Essa realidade apresentada e fundamentada pelas elites agrárias e políticas, ganharam força e veracidade, uma vez que durante muito tempo se acreditou que: “para mexer com a enxada ou cuidar do gado não são necessários nem letras nem competências, não é necessário a escola.”(Caldart, 2011, p. 149); “ gente da roça não, carece de estudos, isso é coisa de gente da cidade”(Fernandes, 2006, p. 16). Dissipar uma falsa verdade muito bem trabalhada requer reorganização de luta tanto na esfera sociopolítica como na educacional.

Neste sentido, o que tange ao sistema de ensino, a escola deve ser um espaço que prioriza e respeita os conhecimentos prévios dos alunos, o espaço onde ele está inserido e a sua escolarização anterior, pois ao reconhecer as suas habilidades a escola por meio das situações de ensino e aprendizagem de sala de aula propicia ações e atividades que aos poucos possam contribuir para que o jovem aja sobre a construção do seu próprio conhecimento. Desse modo, a educação proposta para o campo não nasce do nada, ela tem suas bases teóricas fundamentadas e previstas na Lei Diretrizes Bases – LDB descritas em ementas.

Em linhas gerais, os princípios básicos da Educação para a educação do campo partem da urgente necessidade da inclusão e permanência do aluno na escola, aqui em particular o aluno do espaço rural, em uma tentativa de vencer o índice de evasão, reprovação, as salas multisseriadas, realidade presente em grandes proporções ainda hoje nas escolas rurais.

Esta nova modalidade de ensino ainda propõe a superação da concepção caduca que norteia o currículo, o teórico-prático da sala de aula em um fazer preconceituoso e excludente que muito delimitou o que o aluno deveria fazer ou pensar durante a realização das situações de ensino e aprendizagem em sala de aula, hoje por meios das lutas e formações, sabe-se que este mecanismo de ensino não cabe mais dentro da concepção de ensino e das situações de ensino e aprendizagem, pensadas para espaço rural-campo. Quanto a essa nova perspectiva de pensar o ensino, as situações de ensino e aprendizagem Sousa (2012) expressa:

Não é mais possível hoje, sustentar que a criança é como uma página em branco a ser escrita pelos adultos (empirismo); que ela já traz inata conduta, ideias que serão desenvolvidas em seu processo de maturação pela (inatismo); nem que ela é produto de estímulo-respostas em sua relação com meio (behaviorismo). A criança é, pois um ser humano complexo, ativo que interage com as pessoas e o ambiente e, nessa interação, que é contraditória, conflituosa e dinâmica, examina, seleciona, recorta, aprende aquilo que atende as suas necessidades, a partir daquilo que o ambiente cultural e a sua biologia permitem que o faça, refazendo-se permanentemente. Ao produzir gestos, posturas e, depois, palavras, toma para si os recursos mais avançados que o adulto dispõe. Ao internalizar essa relação social, estabelece nova forma de meditação para o seu próprio comportamento via processos cognitivo-linguísticos. E esses processos não estão restritos à infância, mas presentes ao longo de toda a vida, do nascimento à velhice (p. 23).

É em meio a essa fuga do convencional do seguro como propõe Sousa (2012), que o presente texto quer refletir sobre a necessidade da construção de uma base curricular não comum, pois os contextos e realidades das escolas do espaço rural são diversificados (espaço rural campo-água-floresta, não cabendo aqui especificá-la), mas um currículo que consiga ser adaptado a partir do contexto onde está inserido e tendo em seu bojo o compromisso com a aprendizagem como parte de direito do sujeito e a construção de conhecimentos dos educandos de modo a garantir que ao longo do ano ele progrida tanto nos aspectos cognitivos como sociopolítico, cultural e místico. Desse modo,

se estará construindo uma escola do campo como um espaço vivo em que “há mais vida na terra do que no asfalto da cidade” (Arroyo, 2011, p. 68).

Brandão (2003), por sua vez, em suas pesquisas reflete que os projetos de lei pensados e elaborados para a educação do campo, em que acredita que os projetos em particular aqui o currículo tem quer ser muito mais que simples remendos, mas de fato vise à humanização e legitimação deste povo. O autor expressa a preocupação de observar nas entre linhas dos projetos se há:

Tentativa de redução dos índices de evasão e repetição, sobretudo entre camadas de alunos carentes, e sempre limitados quando realiza através da introdução de inovações simples de currículo e da aplicação de métodos, cuja eficácia, sem dúvida, é maior, quando em testes de laboratórios, uma das causas da distância entre os resultados experimentais e o trabalho escolar com novos métodos está em que o professor, principalmente o professor que trabalha, ele próprio, em escolas carentes, não pode, ou não quer trabalhar com o método tal como ele foi pensado (Brandão, 2003, p. 13).

Com base nas reflexões de Brandão (2003), a educação pensada para o campo, só terá êxito ser for pensada dentro de um diálogo constante entre quem pensa, organiza e elabora o currículo, as teorias pedagógicas para a educação do povo do campo, povo este que constitui a classe trabalhadora (agricultores familiares, assalariados, assentados, ribeirinhos, extrativista, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombolas, etc.). Um trabalho coletivo que possibilite ao povo do campo a oportunidade de pensar o mundo, o campo a partir do lugar de onde se vive.

Desse modo, o currículo tem que visar à formação e a promoção humana do povo do campo. “E sobre tudo, tratar de construir uma educação do povo no campo e não apenas com ele, nem menos para ele” (Caldart, 2011 p. 18). Molina e Jesus (2004), ressaltam que os princípios referenciais de grande relevância para possibilitar o desenvolvimento da Educação do campo são: 1º- Formação humana vinculada a uma concepção de campo; 2º- Luta por políticas públicas que garantam o acesso universal a educação; 3º- Projeto de educação dos e não para os camponeses; 4º- Movimentos sociais como sujeitos da educação do campo; 5º- Vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura; 6º- Valorização e formação dos educadores; 7º- Escola como uns dos objetivos principais da educação do campo..

O texto base intitulado *Brasil perspectivas para uma educação do campo* aponta como o professor pode está desenvolvendo o currículo adaptado a realidade da escola:

Os professores adotam práticas de ensino da escrita alfabética, realizadas de forma contextualizada e lúdica, e vinculada à leitura e escrita de diferentes textos (fazendo) a correspondência fonográfica e no trabalho com a leitura e produção de diferentes gêneros textuais...Partindo dos saberes e cultura de suas crianças, prezam pela a sua constituição identitária como sujeitos coletivos e individual (ações que) ressaltam a autoestima da criança, seu desenvolvimento pleno, e o respeito ao seu percurso da vida (Brasil, 2012, p. 37).

Para tanto o currículo não deve ser entendido como um amontoado ou conglomerado de conteúdos, e muito menos uma receita para facilitar o fluxo escolar e, acabar com a reprovação e a retenção, e também não é uma sequência de ritmos de aprendizagem. É mais do que isso, é uma procura, nada fácil, de organizar o trabalho, os tempos e espaços, os saberes de socialização dos alunos de maneira mais respeitosa para com as temporalidades do desenvolvimento humano (Arroyo, 1999).

Assim, ficam evidentes duas considerações importantes, primeiro que a educação pensada para o campo com responsabilidade e muito mais que uma mera ação pedagógica, mas sim, um conjunto de ações que valoriza as experiências, as incursões, os saberes da população do campo, voltando-se para uma construção coletiva. Isso implica que a Educação pensada nestes termos é muito mais que as metas, planos, procedimentos, tem haver com a construção e reconstrução, afirmação de uma identidade e uma emancipação social.

Um segundo ponto importe a ressaltar é que o currículo que temos pretensão de pensar para a escola lócus da pesquisa de modo algum é uma receita pronta que pode ser seguida de “olhos vedados”, o que se pretende buscar com uma nova base curricular é desprender o teórico-prático pedagógico, o modo de realizar as situações de ensino e aprendizagem de aula em uma linha de fuga, do modelo punitivo, da medição, da comparação e da classificação, e apontar para um fazer que se desenvolva de modo sistemático e contínuo que encaminha suas ações por meio de itinerário

de investigação permanente, um que possa contribuir na transformação do pensamento do “eu” sujeito, e conseqüentemente, do mundo que o cerca.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os moradores em parceria com a Igreja Católica, e posteriormente, com a APPRMM, travaram grandes lutas em favor da Educação e alcançaram muitos resultados positivos no decorrer dos anos. Muito tem sido feito a partir da existência dessas entidades, no sentido de melhorar as condições de vida das pessoas, como a instalação ou modernização de algumas infraestruturas: a implantação das escolas municipal e estadual que atendem estudantes das localidades vizinhas; por intermédio da APPRMM foi instalado na localidade um posto de atendimento à saúde com veículo ambulatório, os quais atendem a redondeza em caso de emergência; há também equipamento de telefonia que favorece a comunicação entre a comunidade e lugares longínquos, e um centro de treinamento, que objetiva capacitar os trabalhadores rurais na sua atividade produtiva e organizacional.

É fato que não há como falar da Educação de forma isolada. Sendo assim, é com ela e por meio dela que os sujeitos vão construindo suas histórias e identidades, mudando a realidade em que vivem. Na perspectiva freireana, o homem precisa educa-se para se tornar mais humano, ético, politizado, cidadão, conhecedor das suas misérias e a partir delas interferir de modo consciente olhando para o futuro. Por isso, foi de grande relevância fazer um recorte de alguns aspectos históricos e ressaltar a contribuição das CEB's e do Associativismo (APPRMM), sob o olhar e memória de alguns moradores e jovens desta comunidade de Murutinga, dando sentido a sua existência.

Atualmente, o desafio que ainda precisa ser vencido no contexto escolar é fazer com que os alunos vivenciem a perspectiva da Educação do Campo, tanto na escola estadual professora Benedita Lima Araújo quanto na escola municipal prof. Maximiano Antônio Rodrigues. Este trabalho não teve por interesse descrever as práticas de ensino, metodologias, a formação dos professores, o currículo, tipos de avaliações que perduraram e ainda perduram nessas escolas, mas sim propor a constituição de uma base curricular que potencialize a vivência da educação do campo.

Partindo do pressuposto de construir uma base curricular que vise à formação humana vinculada a uma concepção de campo, que valorize a educação do jovem do campo e o assegure nesse espaço com qualidade de vida é que se sugere um projeto que tem como proposta a construção de um centro tecnológico de formação para os estudantes da Escola Benedita Lima Araújo. Esses são os caminhos que a comunidade de Murutinga deve seguir para que de fato as escolas vivenciem os pressupostos da educação do campo.

Precisa-se, por fim, escrever outra e nova página da história da comunidade de Murutinga, registrando as novas vivências e novas perspectivas, assim como de toda a sociedade, e que nela esteja expressa o desenvolvimento traçado pela sociedade civil e Estado, em que as concepções de progresso não estejam baseadas no favorecimento de grupos hegemônicos, entretanto que represente uma verdadeira melhoria do padrão de vida das populações locais.

Que a educação cada vez mais transforme homens e mulheres para interferirem de forma consciente no meio que vivem e comprometida com as causas sociais. Que no projeto de desenvolvimento elaborado esteja garantido o espaço para as populações regionais – caboclo, índios, negros, etc., até então excluída dos benefícios do progresso; que prevaleça a existência da convivência efetiva entre os empreendimentos; que a natureza deixe de ser vista unicamente como fonte de lucro para pouco e conflitos entre os homens, e que sua existência se converta em bem-estar social para todos.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, A. F. da C. (2003). *Rede viária e desenvolvimento local: a rodovia PA-151 e a reorganização espacial das comunidades de Bom Jesus e Murutinga, Abaetetuba – Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, PA, Brasil.

Almeida, J. S. de. (1998) *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos* (3a ed.). São Paulo: Cia das Letras.

- Arroyo, M. G. (2011). A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In Caldart, R. S. & Molina, M. C. (Orgs.). *Por uma educação do campo* (5a ed.). (pp. 67-86). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Arroyo, M. G. (1999, Dezembro 01). Ciclos de desenvolvimento Humano e Formação de Educadores. *Educação & Sociedade*, 20 (68).
- Brandão, C. R. (2003). Da escola rural de emergência à escola de ação comunitária. In: Arroyo, M. G. (Org.). *Da Escola Carente à Escola Possível*. 6. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.
- Brasil (2008). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. *Associativismo* (2a ed.). Brasília: MAPA/SDC/DENACOOOP.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. (2012). *Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: currículo no ciclo de alfabetização: perspectiva para uma educação do campo: educação do campo*. Brasília: MEC / SEB, 2012.
- Caldart, R. S. (2011). A Escola do Campo em Movimento. In Arroyo, M. G., Caldart, R. S., Molina, M. C. (Orgs.). *Por uma educação do campo*. (5a ed.). (pp. 89-105). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fernandes, B. M. (2006). Ao campo de pesquisa em educação do campo: espaços e território como categorias essenciais. In Molina, M. (Org.). *Educação do Campo e pesquisa: Questões para reflexão*. (pp. 27-39). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2013) *Pedagogia do Oprimido*. (54a ed. ver. e atual.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança: um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Molina, M. C.; Jesus, S. M. S. A. (Orgs.). (2004) *Por uma Educação do Campo: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004, 75 p. Recuperado em 23 setembro, 2019, de <https://seminarionacionaldecampo2015.files.wordpress.com/2015/09/vol-5-educac3a7c3a3o-basica-do-campo.pdf>
- Rodrigues, K. R. G; Silva, M. de O (2016, novembro 01). Marcos legais e operacionais da educação no/do campo: Limites e perspectivas. *Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas, MG.
- Santos, M. (1994). *Metamorfoses do espaço habitado*. (3a ed). São Paulo: HUCITEC.
- Silva, M. do S. (2004). *Educação do campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da História*. 25 p. Recuperado em 23 setembro, 2019, de [http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao\\_do\\_Campo\\_e\\_Developolvimento\\_Sustentavel.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Developolvimento_Sustentavel.pdf)
- Sousa, I. A. (2012). Pressupostos dos ciclos de formação. In Fetzner, A. R. (Org.). *Ciclos em Revistas: como romper com as maneiras tradicionais de ensino?* (v. 6). Rio de Janeiro: Wak Editora.